
MICRO-HISTÓRIA, ARQUEO-GENEALOGIA E INTER-SECCIONALIDADE EM METODOLOGIAS HÍBRIDAS: HISTÓRIAS DE VIDAS DE MULHERES NA AMAZÔNIA

MICRO-HISTORY, ARCHE-GENEALOGY AND INTERSECTIONALITY IN HYBRID
METHODOLOGIES: LIFE STORIES OF WOMWN IN THE AMAZON

Flávia Cristina Silveira Lemos¹

<http://lattes.cnpq.br/8132595498104759>
<https://orcid.org/0000-0003-4951-4435>

Lauany Câmara Chermont Pinheiro²

<http://lattes.cnpq.br/5061138482232223>
<https://orcid.org/0000-0003-1092-1009>

Cristina Simone Reis Oliveira³

<http://lattes.cnpq.br/9566487709507902>
<https://orcid.org/0000-0001-6598-2154>

Ana Cláudia Assunção Chaves⁴

<http://lattes.cnpq.br/0266453924651157>
<https://orcid.org/0000-0001-9987-7846>

Elenson Gleison de Souza Medeiros⁵

<http://lattes.cnpq.br/6120372804337114>
<https://orcid.org/0000-0002-5670-3720>

Recebido em: 23/02/2021

Aceito em: 24/06/2021

RESUMO: Este artigo possui como objetivo analisar as possibilidades de uso das metodologias micro-história, de Carlo Ginzburg e Giovanni Levi, a arqueologia e genealogia de Michel Foucault, e a interseccionalidade, inicialmente formulada por Kimberlé Crenshaw. Buscou-se atrelar os usos dos métodos ao objeto de estudo proposto: a história de

¹ Profª associada III em Psicologia Social na UFPA. Pós-doutora em Psicologia pela UFF. Doutora em História Cultural pela UNESP-Assis-SP. Graduada em Psicologia e Mestrado em Psicologia Social pela UNESP-Assis-SP. Grupo de Pesquisa - Transversalizando: estudo, pesquisa e extensão E-mail: flaviacslemos@gmail.com.

² Pós-graduada em Psicologia Jurídica na Faculdade Brasil Amazônia (FIBRA). Mestra em Psicologia (PPGP/UFPA). Graduada em Psicologia pela Universidade da Amazônia. Grupo de pesquisa: Transversalizando - estudo, pesquisa e extensão. E-mail: lauany18@hotmail.com.

³ Servidora efetiva da Prefeitura Municipal de Capanema e SEDUC-PA. Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Psicologia. ESPECIALISTA em Psicopedagogia (UFRJ) e ESPECIALISTA em Gestão escolar (UEPA). Graduada em Pedagogia - UFPA e Serviço Social - UNOPAR. Grupo de Estudos e Pesquisa sobre processos de subjetivação na contemporaneidade. E-mail: cristina.pedagoga@hotmail.com

⁴ Graduada em Letras - Língua Portuguesa Pela UFPA. Graduanda do curso de Psicologia-Formação do Psicólogo. E-mail: aklaudiachaves@gmail.com.

⁵ Pós-Graduação na modalidade Residência Multiprofissional em Saúde com ênfase em Saúde do Idoso pela Universidade Federal do Pará - UFPA. Pós Graduação em Psicologia Jurídica na Faculdade Integrada Brasil Amazônia – FIBRA. Graduado em Psicologia pela Universidade da Amazônia – UNAMA E-mail: elenson_21@hotmail.com.

vida de mulheres ativistas por direitos humanos na Amazônia, bem como explicitar as proximidades e afastamentos dos métodos utilizados. Assim, percebeu-se como aproximação entre as metodologias um olhar problematizador frente a história oficial, bem como a procura por romper com universalismos que expressam diversas formas de opressão ligados a gênero, raça e classe. Como afastamentos, notou-se um olhar crítico da interseccionalidade referente à dependência epistêmica europeia e norte-americana, mas que não exclui a possibilidade de uso e conexão destas epistemologias. Conclui-se que nenhuma metodologia é suficiente para analisar todas as nuances de uma pesquisa, mas que representam um caminho, sendo possível a análise da complexidade do objeto, na interseção destas metodologias.

Palavras-chave: Micro-história. Arqueologia. Genealogia. Interseccionalidade. Mulheres e Amazônia.

ABSTRACT: This article has as objective to analyze the possibilities of use of methodologies like Micro-history of Carlo Ginzburg and Giovanni Levi, archaeology and genealogy of Michel Foucault, and intersectionality, originally formulated by Kimberlé Crenshaw. Sought to link the uses of methods to the object of study proposed: the life story of women activists for human rights in the Amazon, as well as making explicit the vicinity and clearances of the methods used. So, it was noticed as a rapprochement between the methodologies a critical look forward the official story, as well as to break up with universalisms that express various forms of oppression related to gender, race and class. As departures, noted a critical eye of intersectionality regarding to European and North American, epistemic dependence but that does not exclude the possibility of use and connection of these epistemologies. It is concluded that no methodology is enough to analyze every nuance of a search, but that represent a way, being possible the analysis of the complexity of the object, at the intersection of these methodologies.

Keywords: Micro-history. Archaeology. Genealogy. Intersectionality. Women and Amazon.

INTRODUÇÃO

Este é um artigo que visa pensar metodologias e temas em entrecruzamento como estratégia de resistências na medida em que problematiza como objeto a história de vida de mulheres ativistas por direitos humanos na Amazônia, faz-se relevante analisar a história dos métodos a serem utilizados bem como de que forma é possível o enlace das metodologias escolhidas para abarcar as diversas nuances que englobam estudar a história de vida destas mulheres que representam a expressão de uma grande pluralidade existencial. Nesse sentido, as metodologias escolhidas, foram: micro-história; arqueologia; genealogia e interseccionalidade.

Para Gonçalves (2008), existem Amazônia e não apenas uma Amazônia, elas são várias e diversas, trazem singularidades e, ainda lutam para serem reconhecidas em seus protagonismos, pois, é comum serem tratadas como território anexo a ser assegurado pelo controle militar e pela capitalização/extração de sua biodiversidade. Esta realidade traz implicações para as mulheres e para a expressão dos seus ativismos em muitos aspectos e em inúmeros planos de agenciamento das ações das mulheres amazônidas quanto ao protagonismo da contação de suas histórias de vida por elas mesmas com reconhecimento para além do âmbito regional.

Desde o princípio, o mito do vazio demográfico soa como um enorme desrespeito a milhões de pessoas que viviam na Amazônia brasileira e, apurando-se mais a crítica, percebe-se a sutileza de tratar-se, na verdade, de um vazio de pessoas consideradas importantes para a sociedade brasileira (BITTENCOURT, 2013, p.13).

A proposta faz-se relevante frente aos aspectos sociais e políticos que inserem as lutas das mulheres na Amazônia em um campo metodológico e traz analisadores relevantes para as ciências humanas e sociais de maneira a valorizar e dar visibilidade a esta temática que chamamos de decolonial com a História Cultural, a arqueogenealogia e a micro-história. Propõe-se uma perspectiva em que micropolítica e macropolítica são articuladas por uma linha diagonal das forças, criando zonas de coexistência e vizinhanças entre operadores metodológicos e conceituais com o objetivo de forjar ferramentas do pensar a favor da descolonialidade dos saberes, dos corpos, dos poderes e das subjetividades.

HISTÓRIAS OUTRAS COMO OPERADORES DE RESISTÊNCIAS

Assim, é possível enriquecer os debates acerca desta temática, demarcando que há acontecimentos singulares com características específicas e não poderiam ser apagadas e que precisavam resistir às invisibilidades. Deste modo, é importante também frisar que durante muitas décadas, no século XX, a história oficial praticamente negou a palavra protagonismo às mulheres. Ademais, é importante para a universidade possibilitar discussões e produções acerca de uma Psicologia outra, a qual nos permita transbordar as barreiras das práticas psicológicas tradicionais com viés tecnicista para podermos pensar, repensar e construir possibilidades efetivas de realizarmos uma Psicologia social crítica, libertária e política (MARTÍN-BARÓ, 1996; 2009; 2017). Explicitar as narrativas em suas tramas e tensões por meio de narrativas ausentes na “história oficial” como formas de resistências em que a materialidade das práticas tem em termos de aberturas para criarmos modos de sair da menoridade e submissão política.

Para que seja possível o uso das metodologias escolhidas para fazer valer a construção de outras histórias e lugares das memórias, faz-se necessário desnaturalizar os monumentos que constituíram os chamados heróis na História tradicional. Neste sentido, vale descrever um importante movimento que colocou em xeque narrativas apenas de datas e versões performadas por homens como heróis das nações por meio de Histórias factuais e sexistas. No bojo deste movimento de questionamentos das versões denominadas de oficiais da História, emerge a Escola dos Annales, com três gerações: a História Econômica, a História Social e a História Cultural com uma ênfase específica na terceira geração que amplia as fontes, os arquivos, os temas, os objetos, as metodologias, a transdisciplinaridade e a definição de uma História vista de baixo.

De acordo com Jacques Revel (2010), o historiador mexicano Luís González y González escreveu “Pueblo em vilo: microhistória de San José de Gracia”, que foi publicada em 1968, sendo considerada uma das primeiras obras de micro-história. Este trabalho tratava de uma comunidade aldeana do México central, durante cerca de quatro séculos. Outrossim, é possível vermos que o trabalho de um mexicano foi um dos primeiros a respeito da micro-história, possibilitando o diálogo com a interseccionalidade, inicialmente elaborada por Kimberlé Crenshaw, no tocante aos atravessamentos de gênero, raça e classe presentes na história de vida das mulheres ativistas por direitos humanos na Amazônia. Destaca-se a História Oral e a micro-história de Carlo Ginzburg, Michelle Perrot, Arlete Farge e Giovani Levi bem como a

arqueologia e genealogia de Michel Foucault.

A Escola dos Annales, fora um movimento dentro da história iniciado na França a partir da reunião de diversos historiadores. Estes, objetivavam uma perspectiva outra sobre a história apresentada naquela época, ação que refletiu na publicação da revista *Annales d'histoire économique et sociale* em 1929 (OLIVEIRA, 2011). O referido movimento possui três gerações que marcam momentos importantes desta nova proposta historiográfica. Suscintamente, seguem as principais características das gerações: A primeira geração (1929-1946) fora marcada pelos nomes de March Bloch e Lucien Febvre, considerados iniciadores do movimento. Os autores entrecruzaram seus pensamentos, voltando-se para a abertura de uma História social e econômica, de maneira a buscar rupturas frente à história factual, positivista, enxergando-a como uma “história-problema”.

À segunda geração (1946-1968) coube como principal nome o de Fernand Braudel, que buscou focar-se mais aos conceitos de estrutura e conjuntura, aproximando-se de novos métodos e possibilidades, referente a construir uma história serial e de longa duração (BURKER, 1997). Braudel priorizava a História de longa duração e acreditava que os eventos mais instantâneos se perdiam nela, sendo a história das mudanças, mais importante do que os eventos em si. Ademais, observa-se a presença de abordagens quantitativas, que juntamente com as seriais, irão possuir alcances para além da economia, atingindo a demografia e, mais à frente a História das mentalidades (BARROS, 2010).

A terceira geração (1968-1989) foi marcada pela fragmentação e diversidade de ideias, não houve autores centrais, mas alguns nomes nesse momento se destacam como: Jacques Le Goff, Marc Ferro e Le Roy Ladurie. O ano de 1968 fora marcado por diversos acontecimentos, políticos e contra-culturais, envolvendo a guerra do Vietnã, greves gerais e movimentos estudantis por diversos países (BENTLEY, 1999). Diante de variados acontecimentos relevantes, compreende-se uma mudança na historiografia que se abre às novas possibilidades de temas, objetos, metodologias, abordagens e documentos. Há uma retomada de alguns aspectos outrora deixados de lado pelas gerações anteriores. Retoma-se a narrativa, o político, a biografia. “De igual maneira, o principal das preocupações historiográficas parece se deslocar para o âmbito da cultura, de modo que a História Cultural passa a ocupar uma posição central no grande cenário das modalidades historiográficas” (BARROS, 2010, p.20). Nesse aspecto, alguns autores irão chamar esse período de pós-modernidade, apesar de que este termo não favorece muito a compreensão das práticas por ser generalista demais e abarcar movimentos teórico-conceituais e políticos muito diversos.

Considerada a geração mais diversa, caracteriza-se pelo aumento da interdisciplinaridade, pluralidade de ideias, havendo abertura para contribuições de dentro e fora da França. Outrossim, o período em que as mulheres irão ganhar mais espaço, explicitando a importância dos estudos sobre gênero e a importância de que a História seja contada por quem historicamente detinha pouquíssimos espaços de fala. Barros (2010) sobre a terceira geração, expõe a possibilidade de examinar a história por meio de uma nova escala de observação, vinculada aos detalhes e às microrrealidades, ou seja, realizando o que Revel (2010) denominou de jogos de escalas. A esta postura, denominou-se de Micro-História: aquilo que escapa ao olhar macro da história tradicional.

Ao analisarmos as questões da história das mulheres e o protagonismo das mesmas na escrita de suas histórias, vale ressaltar que pensar por meio de escalas pode favorecer perspectivas variadas dos acontecimentos estudados e permitir um intercâmbio de versões que possam

se comunicar e em que nós, nas pesquisas e apropriações culturais podemos problematizar e agenciar possibilidades de transformação e resistências. Na Europa, a micro-história surge em território italiano. Inicialmente, a Revista *Quaderni Storici* da Marche, em 1966, fundada por Alberto Caracciolo, demarca preocupações da historiografia italiana direcionada a questões internacionais e interdisciplinaridades. Em 1970, a revista passa a se chamar *Quaderni Storici*, e é encabeçada por um outro grupo de estudiosos, que possuem como foco a história social e um forte diálogo internacional com a historiografia. Neste período, abriram-se possibilidades de divulgação de diversos trabalhos que estavam sendo produzidos no país, incluindo a troca historiográfica entre a França (com os *Annales*) e a Itália.

Esta pesquisa, realizada em fontes seriais, teria uma particularidade, pautar-se no método nominativo, ou seja, buscar um indivíduo, ou grupo de indivíduos em contextos sociais diversos. E assim remontar certos aspectos de uma dada realidade história, por meio de trajetórias particulares. Este aspecto está ligado às discussões que giravam em torno da demografia histórica e da História Social. [...]. Desse modo, a intenção é voltar-se para o grande número de realidades individuais, e demonstrar que a realidade social não é um quadro homogêneo, muito menos que suas regras funcionam perfeitamente. A sociedade passa a ser vista como a somatória de diversas realidades individuais (LINO, 2017, p.24-35).

Em 1979, Carlo Ginzburg e Carlo Poni escrevem um artigo nominado “o nome e o como” publicado no *Quaderni* que trazia em suas páginas uma perspectiva sobre a influência que a França exercia sobre a historiografia italiana. Diante desta constatação, os autores da revista desenvolveram estudos pautados em uma escala de análise reduzida, método que proporcionou uma nova forma de pesquisa, também envolvendo de maneira mais intensa, a pesquisa nos arquivos italianos. Gradativamente fora sendo possível, delimitar um campo tipicamente italiano de pesquisa (LINO, 2017).

MICRO-HISTÓRIA: VARIAÇÕES DAS ESCALAS DE OBSERVAÇÃO E ANÁLISE/ESCRITA DA HISTÓRIA CULTURAL

Referente ao método da micro-história, temos Carlo Ginzburg como o nome mais conhecido. Seus trabalhos configuram um modo peculiar de interpretação da história, tendo como ponto de partida questões simbólicas, culturais que constituem o *paradigma indiciário* (LINO, 2017), estando ligado às experiências que “não eram aprendidas nos livros, mas a viva voz, pelos gestos, pelos olhares, fundavam-se sob sutilezas certamente não formalizáveis, frequentemente nem sequer traduzíveis em nível verbal” (GINZBURG, 1989, p. 145).

Ginzburg sofreu forte influência da antropologia, aproximação que possibilitou pensar a cultura, especialmente a cultura popular, de maneira a não criar inferioridades frente à cultura das elites. Na verdade, se considerou a autonomia que as pessoas possuem para propagarem suas perspectivas de mundo. A micro-história enquanto metodologia, possibilita estudos transdisciplinares, na medida em que possui aplicabilidade referente ao estudo de percursos individuais ou grupais, bem como propicia através de microanálises, reconstruir fenômenos (BONATO, 2011). Nesse aspecto, proporcionará auxílio concernente a reconstrução discursiva sobre as experiências acerca da história de vida dos sujeitos, “um relato de um narrador sobre sua existência através do tempo, tentando reconstituir os acontecimentos que vivenciou e transmitir a experiência que adquiriu” (QUEIROZ, 1991, p.06).

Denominada por outros autores como “Redução da escala de Análise”; “Método da história de vida”; “História de baixo”, esta metodologia valida o método biográfico como um instrumento de pesquisa, trazendo à tona histórias não contadas pela história macro e enfatizando a vida dos “excluídos da memória”. Assim, compreende-se que os recursos metodológicos da micro-história contribuem na análise e reconstrução discursiva de experiências por meio da redução das escalas de observação, considerando os percursos traçados pelos grupos diversos, sobretudo, os que são alvo de subalternização nos espaços e contextos historiográficos, políticos, culturais, econômicos, sociais e territoriais (BONATO, 2011).

Sabe-se que no trajeto da história oficial, durante séculos às mulheres não couberam protagonismos. Possuindo como objeto de pesquisa a história de vida de mulheres ativistas por direitos humanos na Amazônia, a micro-história propicia uma ampliação na escala de análise, que permite emergir a história de baixo, a história não oficial, contada e reconstruída pela perspectiva de quem faz a agência dos acontecimentos e fala de sua própria existência. Para a colheita de analisadores e problematização dos acontecimentos, a metodologia abarca algumas ferramentas, tais como: entrevista, documentos de diversas ordens, análise de conteúdo e a história de vida.

ARQUEOLOGIA E GENEALOGIA: O TECER COM ARQUIVOS E DOCUMENTOS

Intuindo ampliar a possibilidade analítica frente às histórias de vida, busca-se um enlace metodológico com a arqueologia e genealogia de Michel Foucault que se insere na terceira geração da Escola dos Annales e no trabalho com documentos; Em uma conferência ocorrida em outubro de 1995, Le Goff, explicita o interesse de Foucault pela História nova, bem como recorre às memórias de Foucault objetivando mostrar reciprocidade de pensamento para com o grupo dos Annales. “Para Le Goff, Foucault, apesar de não ser propriamente historiador, manteve um grande interesse pelas inovações na pesquisa histórica, e deixa aos historiadores uma importante lição: a da inquietude” (FERREIRA e PELEGRINI, 2003, p.01).

Realizar pesquisas com histórias de vida também significa trabalhar com análise documental, todavia não apenas com documentos tidos como oficiais. Foucault (2008), em sua obra “Arqueologia do saber” expõe uma mudança de posição acerca do documento, tendo em vista não mais se tratar para a História de um elemento imutável, pois a História Cultural busca pensar o tecido documental definir a formação dos conjuntos de enunciados, dispersões, descontinuidades, insurreições e emergências e proveniências.

A História transforma os documentos em monumentos, abarca o dito e o não dito oficialmente, buscando profundidade no desdobramento dos rastros outrora deixados de lado, silenciados ou opacos, pouco explorados e narrados apenas por homens como protagonistas. Ademais, objetiva-se a não determinação de uma verdade e interpretação em relação ao documento, mas sim a elaboração deste: estabelecendo séries, recortando, organizando, definindo o que é relevante, identificando elementos, descrevendo relações (FOUCAULT, 2008).

É possível trabalhar com histórias de vida por meio de várias ferramentas: entrevistas, rodas de conversa, acessos aos arquivos públicos, imagens, carimbos, elementos que deem pistas para o pesquisador, de forma que será primordial nos documentos monumentos, analisar as relações de saber-poder que atravessam essas histórias, buscando investigar de que modo estas são fabricadas, que histórias são e não são contadas e por quem geralmente?

“O documento não é uma prova e sim uma pista de que algo ocorreu, mas não pode ser restituído em uma totalidade histórica, apenas ser colocado em narrativas com lacunas por meio do tratamento das fontes documentais pelos pesquisadores” (LEMOS et al., 2015, p. 464).

A partir deste entendimento, uma das possibilidades é contar com a formação de séries discursivas, criando categorias de análise, analisando as relações de forças. Foucault (2008) compreende séries discursivas como enunciados, dispersos no tempo e diferentes em sua forma, constituem um conjunto quando se referem a um mesmo objeto, podendo ser garantido um grupo de relações entre eles considerando sua forma e seu tipo de encadeamento. Configura-se dessa maneira, uma fonte de conhecimentos que pressupõe uma visão mais ou menos regular de um determinado objeto ou acontecimento, um mesmo esquadrinhamento perceptivo, uma mesma análise do fato, e um mesmo sistema de transcrição. Tem-se a possibilidade de agrupar e reagrupar os enunciados, descrevendo seus encadeamentos, e explicando as formas unitárias sob as quais se mostram: a identidade e insistência da temática.

É na regularidade discursiva que se torna possível examinar pelo que se luta e o porquê, bem como o poder do qual nós queremos nos apoderar. Referente às práticas discursivas, Foucault (2014) expõe sobre a obediência à uma “polícia”, que se coloca a serviço de algumas verdades, permitindo enfoque sobre algumas versões da história, delimitando fronteiras discursivas, permitindo certos discursos e cerceando outros. Nesse sentido, compreende-se que:

O documento não é qualquer coisa que fica por conta do passado, é um produto da sociedade que o fabricou segundo as relações de força que aí detinham o poder. [...] O documento não é inócuo. É, antes de mais nada, o resultado de uma montagem, consciente ou inconsciente, da história da época, da sociedade que o produziram, mas também das épocas sucessivas durante as quais continuou a viver, talvez esquecido, durante as quais continuou a ser manipulado, ainda que pelo silêncio (LE GOFF, 2012, p. 519).

Na dinamicidade dos documentos, nas pistas e nas lacunas das narrativas encontram-se às relações de saber-poder, que irão ser consideradas como questão metodológica primordial para a genealogia. Nessa perspectiva, entende-se os documentos como fabricações capazes de gerar e permitir fluxos de saber-poder, envoltos em um conjunto de forças que se enfrentam nessa relação (LEMOS e CARDOSO JUNIOR, 2009).

Concernente ao método genealógico, este está intrinsecamente ligado à História, bem como busca ativar saberes locais, que não foram tidos como válidos, os quais passaram por controles que hierarquizam, ordenam em prol de um conhecimento tido como legítimo e em nome da ciência. Logo, a genealogia, trata-se de um projeto que visa impulsionar a insurreição dos saberes históricos, propiciando a luta contra uma coerção discursiva científica, formal, teórica e unitária (FOUCAULT, 2017).

Por meio das pesquisas genealógicas, foi possível redescobrir lutas e memórias locais, que permitem a construção de um saber histórico destas e a utilização do saber sobre elas nas táticas atuais, desarraigando-as dos discursos dominantes. Assim, faz-se necessário “Precisar ou evidenciar o problema que está em jogo nesta oposição, nesta luta, nesta insurreição dos saberes contra a instituição e os efeitos de poder e de saber do discurso científico” (FOUCAULT, 2017, p.272).

Nesse sentido, analisar a luta das mulheres ativistas por direitos humanos na Amazônia paraense encontra-se atrelada a insurreição dos saberes, da possibilidade de análise da relação

de forças e de saber-poder que provocaram e ainda provocam a falta de ênfase histórica de suas lutas, é preciso olhar essa “história de baixo”, reduzir a escala de observação, analisando criticamente as relações de forças que atravessam os discursos que podem ser encontrados nos documentos que sobre elas falam, pouco falam ou deixam de falar.

É essencial compreender o que seria poder para Michel Foucault, que expõe sobre o poder como um elemento que não pode ser dado, trocado, somente exercido, bem como se trata primordialmente de uma relação de forças (FOUCAULT, 2017). O autor enfatiza que onde há poder, há resistência, sendo este dinâmico e microfísico. Por conseguinte, as correlações de poder, são inerentes à uma multiplicidade de pontos de resistência, presentes em toda a rede de poder (FOUCAULT, 2015). Pensar resistência frente à luta das mulheres, é o que permite causar fissuras na história global, partindo de outra escala analítica, e do conceito de história proposto principalmente pela terceira fase da Escola dos Annales. Esse contexto é o que irá propiciar pensar a história por um viés problematizador, que explicita os jogos de poder envoltos nesse cenário.

Destarte, em se tratando da luta de mulheres, é importante que nos questionemos, de quais mulheres estamos falando, tendo em vista que ao abordarmos suas lutas, precisamos refletir a variedade de nuances que as atravessam, não diferindo no grau de importância, mas levando em consideração debates étnico-raciais que privilegiam historicamente a luta das mulheres brancas. Não falar sobre isso, é manter a posição da história global, tendo em vista que historicamente, a luta destas mulheres fora mais visibilizada do que a luta das mulheres negras, e muitas vezes expressa de um lugar representativo que não representa todas as mulheres.

INTERSECCIONAR: UMA POSTURA POLÍTICA NECESSÁRIA TAMBÉM PARA AS MULHERES DA/NA AMAZÔNIA

Demarca-se a relevância da inclusão da metodologia interseccional para o enriquecimento e exame das nuances referentes à gênero, raça e classe, proposta pelo feminismo negro. Kimberle Crenshaw (1994), em 1989 inaugura o termo interseccionalidade e com esta categoria a autora concentra primordialmente as intersecções em relação a raça e gênero, abordando com menos ênfase, classe ou sexualidade.

A interseccionalidade sugere que raça traga subsídios de classe-gênero e esteja em um patamar de igualdade analítica [...] permite às feministas criticidade política a fim de compreenderem a fluidez das identidades subalternas impostas a preconceitos, subordinações de gênero, de classe e raça às opressões estruturantes da matriz colonial moderna da qual saem (AKOTIRENE, 2019, p.36-38).

Imprescindível abordar a luta de mulheres como intrínseca aos feminismos. Utilizar o plural considera aspectos interseccionais, diferentemente do singular que repassa a ideia de feminismo como um movimento universal que representa todas as mulheres sem distinção. Deste modo, Miguel e Biroli (2014) destacam que questões referentes a diversidade de gênero, classe e raça não estiveram presentes no feminismo dos séculos XVIII e XIX, do mesmo modo que seria posteriormente levado em consideração que as escravizadas naquela época não estavam inseridas no coletivo falado pelas sufragistas.

Nome importante de ser mencionado é o de Sojourner Truth (1797-1883), fora escravizada e empregada doméstica e posteriormente oradora política. Em seu percurso demonstrou que

se não de forma majoritária, parte do movimento de mulheres da época possuíam uma sensibilidade de refletir e problematizar de maneira mais aprofundada e complexa as condições de luta destas. Sojourner em seu mais conhecido discurso intitulado *Ain't a woman?*, frisou observações muito relevantes no que diz respeito às peculiaridades de existência da mulher negra frente ao movimento:

Aqueles homens ali dizem que as mulheres precisam de ajuda para subir em carruagens, e devem ser carregadas para atravessar valas, e que merecem o melhor lugar onde quer que estejam. Ninguém jamais me ajudou a subir em carruagens, ou a saltar sobre poças de lama, e nunca me ofereceram melhor lugar algum! E não sou uma mulher? Olhem para mim? Olhem para meus braços! Eu arei e plantei, e juntei a colheita nos celeiros, e homem algum poderia estar à minha frente. E não sou uma mulher? Eu poderia trabalhar tanto e comer tanto quanto qualquer homem – desde que eu tivesse oportunidade para isso – e suportar o açoite também! E não sou uma mulher? Eu pari 3 treze filhos e vi a maioria deles ser vendida para a escravidão, e quando eu clamei com a minha dor de mãe, ninguém a não ser Jesus me ouviu! E não sou uma mulher? (TRUTH, 1851).

No século XXI, independentemente do período da escolha dos documentos para análise do objeto de estudo proposto pela pesquisa, um olhar interseccional se coloca como de grande importância, por possibilitar a análise de gênero, raça, classe e sexualidade, mas também no sentido de não enfatizar universalizações e não reproduzir opressões.

As aproximadamente 12 milhões de mulheres que habitam a Amazônia Brasileira são a classe mais subalterna, dentro de uma região subalterna, dentro de um país subalterno da América Latina. Essas mulheres são mulheres mestiças, negras, indígenas e ribeirinhas em sua maioria, o que aumenta seu grau de vulnerabilidade social. Mulheres triplamente silenciadas, espoliadas pela lógica capitalista, tendo seus corpos confundidos com mercadorias ou propriedade. Silenciadas pela história que há muito as trata como selvagens ou desimportantes. Silenciadas como seres humanos (CHAVES & CÉSAR, 2019, p.141).

Segundo Akotirene (2019) não foram todas as mulheres a serem excluídas das indústrias, bem como nem todos os negros foram excluídos do mercado de trabalho, logo, apenas a análise interseccional frisou a maneira como as mulheres negras sofreram discriminações de gênero, possibilitando uma multiplicidade de intersecções dessas vivências. Ademais, em se tratando de abordagens antirracistas e feministas, se ausentes as discussões interseccionais, consequentemente ambas acabam por reforçar as opressões combatidas pelo outro de maneira a prejudicar a garantia dos direitos humanos.

A Amazônia sempre foi vista como mera provedora de matérias primas e de riquezas. Historicamente saqueada, a diversidade étnica, social e cultural não vem acompanhada de qualidade de vida. O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), que considera indicadores como educação, longevidade e Produto Interno Bruto (PIB) per capita, apresenta números abaixo da média nacional de 0,757 em todos os estados amazônicos, exceto Mato Grosso (BITTENCOURT, 2013, p.43).

Outra ponderação necessária é não dizer feminismo interseccional e sim mencionar a interseccionalidade como sugestão do feminismo negro. Entendendo que foram as mulheres

ligadas a este movimento as responsáveis pela criação da interseccionalidade enquanto metodologia, com o intuito de enfrentar diversas discriminações. É primordial não ocultar o termo negro quando nos referimos ao método (AKOTIRENE, 2019). O método proposto, também visa recuperar as perspectivas ancestrais de matrizes africanas, associadas a conotações negativas pelo pensamento colonizador.

Tirar essas pautas da invisibilidade e um olhar interseccional mostram-se muito importante para que fuçamos de análises simplistas ou para se romper com essa tentação da universalidade que exclui. A história tem nos mostrado que a invisibilidade mata, o que Foucault chama de “deixar viver, ou deixar morrer”. A reflexão fundamental a ser feita é perceber que, quando pessoas negras estão reivindicando o direito à própria vida (RIBEIRO, 2017, p.25).

Pesquisar sobre a luta das mulheres ativistas por direitos humanos na Amazônia paraense, configura-se numa tarefa árdua e de grande complexidade, tendo em vista os diversos atravessamentos e nuances de análise frente às histórias de vida. Portanto interseccionar, torna-se uma tarefa essencial, bem como utilizar a micro-história, a arqueologia e a genealogia, para examinar o objeto de estudo por um outro viés historiográfico, que considera as histórias invisibilizadas pela história oficial, bem como investigar os discursos e as relações de poder que se estabelecem em uma rede de forças que envolve lutas políticas, saberes insurretos, enlaçadas a vivências significativas que possuem potência e possuem a enorme capacidade de transformação de vidas. Afinal, são mulheres que no decorrer da história, em diferentes contextos, vivem e morrem lutando por seu espaço e dignidade, lutas que representam um constante dever e um importante papel social.

Há, nesse âmbito, uma crítica às dependências epistemológicas europeias e norte-americanas, no sentido em que academicamente pouco se usam epistemologias africanas ou da América latina. Isso não significa que devemos adotar uma postura sectária, e nem descartar as epistemologias comumente utilizadas, mas sim adotar um olhar problematizador acerca destas, verificando até onde é possível exercer conexões epistemológicas, demarcando o lugar de onde estamos falando de maneira que o pesquisador avalie suas implicações e atravessamentos na pesquisa, intuindo não reproduzir opressões. Assim, “a interseccionalidade pode ajudar a enxergarmos as opressões, combatê-las, reconhecendo que algumas opressões são mais dolorosas” (AKOTIRENE, 2019, p.97).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Realizar trabalhos com análise documental com autobiografias e biografias, é um ponto de encontro e solo fértil entre a história e a psicologia, tendo como objetivo a produção de ruptura, a problematização de resistências, onde parte do trabalho do psicólogo é examinar os efeitos dos documentos na vida das pessoas, ouvindo-as, pesquisando, organizando e arquivando essas histórias, podendo futuramente fabricar outros documentos a partir de sua pesquisa. Esta forma de trabalho auxilia a pensar a produção de subjetividades (MALATIAN, 2009; FRANÇOIS, 1996 apud LEMOS, et. al., 2015).

Concernente a crítica epistemológica realizada pelo viés interseccional, compreende-se que apesar das metodologias micro-história, arqueologia e genealogia advirem de um contexto europeu, estas criticam a história como sendo universal, lançando um olhar problematizador frente a história oficial, de maneira a apontar as invisibilidades históricas. Perspectiva esta que

coaduna com o pensamento interseccional no sentido de buscar romper com os universalismos que expressam diversas formas de opressão ligados a gênero, raça, classe e sexualidade.

É importante compreender que nenhuma metodologia em si é suficiente para avaliar todas as peculiaridades em uma pesquisa, mas sim que possibilita uma via analítica com prós e limites. Outrossim, pode haver uma escolha pelo uso de mais de uma metodologia que possa de maneira conexa auxiliar na complexidade do objeto pesquisado, caminho escolhido neste artigo.

REFERÊNCIAS

- AKOTIRENE, C. *Interseccionalidade*. São Paulo: Polén, 2019.
- BARROS, J. C. D. *A Escola dos Annales: considerações sobre a História do Movimento*. *Revista História em Reflexão*, Mato Grosso do Sul, v. 4, n. 8, jul/dez, 2010.
- BENTLEY, Michael. *Modern historiography: an introduction*. Londres, Nova York: Routledge, 1999.
- BONATO, M. *A Micro-história e o método da história de vida*. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH, São Paulo, julho 2011.
- BURKER, Peter. *A Escola dos Annales*. São Paulo: UNESP, 1997.
- CHAVES, F. N., & CÉSAR, M. R. de A. (2019). O Silenciamento Histórico das Mulheres da Amazônia Brasileira. *Revista Extraprensa*, 12(2), 138-156. <https://doi.org/10.11606/extraprensa2019.157418>
- CRENSHAW, K. (1994), "Mapping the margins: intersectionality, identity politics and violence against women of color". In: Fineman, Martha Albertson & Mykitiuk, Roxanne (orgs.). *The public nature of private violence*. Nova York, Routledge, pp. 93-118. [Também em *Stanford Law Review*, 43 (6): 1241-1299, jul. 1991; em francês, "Cartographies des marges: intersectionnalité, politique de l'identité et violences contre les femmes de couleur". *Cahiers du Genre*, n. 39, 2005, pp. 51-82.
- FERREIRA, D F.; PELEGRINI, M. A. Foucault e a "nova história", de Jacques LeGoff. *Plural*, 10, 197-210, 2003.
- FOUCAULT, M. *A ordem do discurso: aula inaugural no Collège, pronunciada em 2 dezembro de 1970*. 24 ed. São Paulo: Edições Loyola, 2014.
- FOUCAULT, M. *História da sexualidade I: a vontade de saber*. 3ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2015.
- FOUCAULT, M. *Microfísica do poder*. 6ª ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2017.
- FOUCAULT, Michel. *Arqueologia do saber*. 7ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.
- GINZBURG, Carlo. *A micro-história e outros ensaios*. Lisboa: Difel, 1989.
- GONÇALVES, Carlos Walter Porto. *Amazônia, amazônias*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2008.
- LE GOFF, J. Documento/Monumento. In: *História e Memória* (pp. 509-524). Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2012.
- LE MOS, F.C.S.; GALINDO, D.; REIS JÚNIOR, L. P.; MOREIRA, M. M.; BORGES, A. G. Análise Documental: algumas pistas de pesquisa em psicologia e história. *Psicologia em Estudo*, Maringá, v. 20, n. 3 p. 461-469, jul./set. 2015.
- LE MOS, F. C. S.; CARDOSO JUNIOR, H. R. A genealogia em Foucault: uma trajetória. *Psicologia & Sociedade*, v. 21, n.3, p.353-357, 2009.
- LINO, R. C. *Apropriações da micro-história na historiografia brasileira nas décadas de 1980 e 1990 /*

- Raphael Cesar Lino. Assis, 2017. 148f. Dissertação de Mestrado – Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Ciências e Letras, Assis.
- MARTÍN-BARÓ, I. (1996). O papel do Psicólogo. *Estudos de psicologia*, 2(1), 7-27. doi:10.1590/S1413-294X1997000100002. (Obra original publicada em 1985)
- MARTÍN-BARÓ, I. (2009). Para uma psicologia da libertação. In R. S. L. GUZZO, & F. LACERDA Jr. (Orgs), (2009) *Psicologia social para a América Latina: O resgate da Psicologia da libertação* (pp. 101-120). Campinas, SP: Alínea. (Obra original publicada em 1986)
- MARTÍN-BARÓ, I. (2017). O psicólogo no processo revolucionário. In F. Lacerda Jr. (Org.), *Crítica e libertação na psicologia: Estudos psicossociais* (pp.25-29). Petrópolis, RJ: Vozes. (Obra original publicada em 1980)
- MIGUEL, L. F.; BIROLI, F. *Feminismo e Política*. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2014.
- OLIVEIRA, E. P. *Considerações sobre a escola dos Annales: o debate entre Peter Burke e François Dosse*. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH. São Paulo, julho 2011.
- QUEIROZ, M. I. P. *Variações sobre a Técnica de Gravador no Registro da Informação Viva*. São Paulo: T.A. Queiroz, 1991.
- REVEL, Jacques. Micro-história, macro-história: o que as variações de escala ajudam a pensar em um mundo globalizado. *Revista Brasileira de Educação*. v. 15. n. 45. Set/dez, 2010.
- RIBEIRO, Djamila. *O que é: lugar de fala?*. Belo Horizonte: Letramento: Justificando, 2017.
- TRUTH, S. *Ain't a woman?* (1851). Disponível em: <<http://www.fordham.edu/halsall/mod/sojtruth-woman.asp>> Acesso em: 20 jul. 2019.
- WOLFF, Cristina Scheibe. Mulheres da floresta: outras tantas histórias. *Revista de Estudos Amazônicos*, Belém, v. 6, n. 1, p. 21- 40, 2011.